

TORRES, Carlos Alberto (2014). *Diálogo e práxis educativa* – Uma leitura crítica de Paulo Freire. Tradução Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 2014, 342 p. ISBN 9788515040940.

A editora Loyola torna novamente disponível ao público brasileiro uma importante obra sobre um dos maiores filósofos da educação: Paulo Freire. Trata-se do livro *Diálogo e práxis educativa*, de Carlos Alberto Torres, destacado professor da Universidade da Califórnia (UCLA, Los Angeles, EUA). A nova edição reúne em um único volume três livros de Torres publicados há 35 anos na pioneira coleção “Paulo Freire” que trazia uma série de estudos acerca da obra e da prática freireanas. Os estudiosos do pensamento de nosso maior filósofo da educação poderão reler ou ler pela primeira vez os textos “Consciência e História: a práxis educativa de Paulo Freire”, “Diálogos com Paulo Freire” e “Leitura Crítica de Paulo Freire” antes disponíveis apenas em alguns sebos e bibliotecas universitárias. Essa iniciativa editorial, como ressalta Moacyr Gadotti no prefácio da obra ora publicada, faz parte do conjunto de celebrações dos 50 anos da experiência de Angicos (RN), berço originário da trajetória de Paulo Freire e marco fundamental de um projeto de nação e de educação popular que fora brutalmente interrompido pelo golpe civil-militar de 1964.

Diálogo e práxis educativa está dividido em três grandes partes, cada uma correspondendo a um dos textos publicados originalmente. A primeira parte “Consciência e História: a práxis educativa de Paulo Freire” tem como objetivo fazer uma introdução, de caráter sistemático, das principais noções

da filosofia da educação freireana e apresentar uma seleção de textos mais informais e assistemáticos do educador (carta, palestras e textos de circulação restrita). Carlos A. Torres inicia com uma discussão a respeito da alfabetização problematizadora (capítulo 1) tomando como objeto principal de análise a obra de Freire *Educação como prática da liberdade*. O autor destaca a visão freireana da realidade social brasileira dos anos 1950-1960, marcada por uma sociedade em transição, aponta o contexto histórico que permite compreender algumas das principais teses freireanas (como os níveis de consciência) e faz algumas observações importantes sobre as diferenças entre *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do Oprimido* quanto, por exemplo, às concepções de democracia e de povo. No segundo capítulo, Torres apresenta uma síntese da antropologia política do filósofo brasileiro. Capítulo curto, mas preciso que expõe a antropologia de Freire como uma resposta à relação entre consciência e história. São indicadas seis características dessa concepção antropológica que, de acordo com o pesquisador, podem resumir-se no tríduo conceitual consciência de si, alteridade e força de trabalho. O capítulo 3 aborda a metodologia da investigação temática, analisa seus pressupostos teóricos básicos, seu desenvolvimento e aplicação. Inicialmente detecta e explicita quatro paradigmas metodológicos usuais das ciências sociais, a saber: empirista, formalista, voluntarista e dialético. Em seguida, relaciona a investigação temática proposta por Freire e a metodologia dialética, uma vez que em ambas há a necessidade de superação da antinomia reflexão-ação. Por

fim, detalha as etapas da alfabetização problematizadora. Todo esse capítulo é enriquecido de esquemas conceituais que sintetizam as principais ideias trabalhadas e auxiliam na compreensão da análise. Observe-se que a ordem dos capítulos não é fortuita. Ao fazer uma introdução sistemática ao pensamento de Freire que parte das noções de sociedade e de ser humano para só depois abordar o tema do método, Carlos Torres evita o equívoco – ainda hoje comum – de reduzir o pensamento freireano a uma simples reflexão metodológica, desconsiderando, desse modo, todo o fundamento filosófico que sustenta suas propostas pedagógicas. Não há método neutro ou isento de concepções antropológicas, sociais e políticas. Freire sempre deixou isso muito claro. Ao colocar sistematicamente os fundamentos sociais e antropológicos freireanos, Torres expõe o Freire filósofo da educação, tantas vezes esquecido em detrimento do método. A seleção de textos que fecha “Consciência e História: a práxis educativa de Paulo Freire” traz quatro importantes escritos do filósofo da educação. O primeiro texto é uma carta a um jovem teólogo que, na época, desenvolvia uma tese de doutorado, sob orientação de J. B. Metz, sobre os trabalhos de Freire. Neste texto Freire desenvolve algumas ideias sobre o tema da libertação do homem, o compromisso histórico do cristão no terceiro mundo e o papel da teologia. A data da primeira publicação da carta é 1970. O texto – não seria exagero afirmar – apresenta, de modo seminal, temas e noções que serão posteriormente elaboradas pela Teologia da Libertação como, a superação de uma concepção ingênua e alienante de Deus e a articulação entre libertação e salvação entendidas enquanto tarefas de sujeitos que se assumem historicamente. Outros dois escritos (originalmente conferências) tratam da noção de “conscientização”, o primeiro oferece um breve histórico do termo e os principais componentes

da conscientização, já o segundo escrito aponta para as “mitificações” que envolveram o termo e procura esclarecer os equívocos quanto ao processo de conscientização. O último texto discute a metodologia de investigação do “tema gerador”, seus fundamentos dialógicos e ilustra as reflexões com um exemplo de investigação. Toda essa primeira parte serve como uma boa introdução ao pensamento de Paulo Freire acompanhada de textos ilustrativos do próprio educador.

A segunda parte do livro, intitulada “Diálogos com Paulo Freire”, é um conjunto de entrevistas e conversas ocorridas entre os anos de 1969 e 1975. Como destaca Torres, esses escritos iluminam facetas desconhecidas do pensamento de Freire, mostram as preocupações do educador naquele período e apresentam seus aspectos polêmicos. Os cinco textos selecionados estão organizados de forma cronológica. Ainda de acordo com o autor, “chamará a atenção do leitor o fato de não haver grandes ‘rupturas’ no pensamento freireano, e sim uma evolução. Poder-se-ia dizer que cada afirmação ‘prefigura’ a seguinte” (p. 125). Sendo assim, o que encontramos ao longo desses diálogos é uma postura autocrítica e aberta ao confronto com a realidade. Para o pesquisador do pensamento freireano tais entrevistas permitem acompanhar o desenvolvimento intelectual do filósofo, sobretudo determinados aspectos ligados aos temas da conscientização, da libertação e do diálogo com o marxismo. Nesse sentido, destacaria os textos “Entrevista com Paulo Freire” e “Conscientização e Libertação”. Aí encontramos o próprio educador apontando suas fragilidades iniciais (certo idealismo na obra *Educação como prática da liberdade*) e a explicitação de temáticas da *Pedagogia do Oprimido* (por exemplo, a questão dos conflitos de classes e a relação dialética teoria e prática). Essa parte do livro termina com uma relação bibliográfica dividida em fontes de referência sobre Freire

e referências temáticas (pedagógicas, filosóficas, políticas, metodológicas e teológicas). Na época da publicação original de Torres tal relação apresentava uma das primeiras sistematizações da bibliografia freireana; hoje em dia já se dispõe de lista mais completas.

“Leitura Crítica de Paulo Freire” é a última parte da obra de Torres e intenta mostrar a importância do educador no contexto latino-americano. O texto apresenta três momentos bem definidos. Inicialmente curtos artigos do próprio Carlos Torres procuram sistematizar alguns aspectos do pensamento de Freire, a saber, seu trajeto intelectual (dividido em quatro etapas), a relação entre consciência e ideologia a partir das dimensões antropológica e epistemológica, a presença da teologia em categorias freireanas (esperança, amor, profetismo, utopia, libertação) e a presença de Freire na Teologia da Libertação. Essa primeira série de textos são uma espécie de complemento aos estudos presentes no começo do livro. Num segundo momento, o leitor depara-se com uma antologia de textos de variados estudiosos latino-americanos que aprofundam e sintetizam as dimensões teóricas e metodológicas do filósofo brasileiro. Aí encontramos três escritos que debatem as raízes personalistas e existencialistas da teoria freireana, a influência do marxismo e o aprofundamento do educador na discussão da relação entre política e educação. Destacaria o texto de Martha Bardaro comparando as categorias antropológicas de Freire e do existencialismo indicando, inclusive, por parte do filósofo brasileiro, a superação de alguns impasses teóricos existencialistas. Isso fica bem ilustrado quando a autora apresenta as noções de “ser-no-mundo do opressor” e “ser-no-mundo do oprimido” como mais apropriadas para análise da consciência do homem latino-americano que a simples categoria englobadora “ser-no-mundo”. Outros quatro trabalhos sobre a metodologia

da alfabetização problematizadora completam o segundo momento aqui citado. São textos escritos tanto por pesquisadores quanto por grupos de trabalho de educação popular e mostram exemplos de utilização do método de alfabetização. Assim, pode-se verificar como a metodologia de investigação problematizadora foi compreendida e apropriada em diferentes contextos socioculturais da América Latina. Tais trabalhos destacam as etapas do método (investigação descritiva, tematização programática e problematização pragmática) e seus fundamentos antropológicos, epistemológicos e políticos. Para aqueles que desconhecem como se concretiza a metodologia proposta por Freire, os exemplos recolhidos por Torres são uma excelente aproximação inicial ao tema. O terceiro momento dessa última parte de *Diálogo e práxis educativa* é um dos pontos fortes do livro e que o fazem manter sua utilidade passados tantos anos da edição original. Torres disponibiliza quatro artigos com críticas às ideias freireanas. O primeiro, escrito por Rosiska Darcy de Oliveira e Pierre Dominice, compila algumas das principais críticas latino-americanas às concepções de Freire, que podem resumir-se a dois pontos principais: a) as imprecisões terminológicas de determinadas categorias (povo, oprimido); b) a ausência de referências econômicas, sociológicas ou psicológicas precisas, o que dificultaria a colocação de suas ideias em prática. O texto, desse modo, lança duas indagações fundamentais ao pensamento freireano: 1) “Com base em que critérios é possível determinar se uma ação de formação ou um movimento social como dimensão educativa escapa da dominação das forças opressivas?” (p. 302); 2) “sob que condições funcionais pode-se prever uma ação educativa libertadora no interior de locais pedagógicos institucionalizados?” (p. 304). O segundo artigo é certamente o mais contundente na crítica às ideias freireanas. De autoria do importante filósofo argentino Rodolfo Kusch, o tex-

to procede a uma análise que procura demonstrar um preconceito desenvolvimentista implícito nas concepções de Freire com relação ao *ethos* popular. Tal perspectiva, salienta Kusch, causaria prejuízo inclusive para a sobrevivência, por exemplo, dos camponeses. O texto do filósofo argentino é instigante e faz pensar sobre os conflitos entre as visões ocidental e ameríndias de mundo e as relações entre universo urbano e rural. O artigo, originalmente publicado em 1972, aborda os textos iniciais de Freire, e não traz referências à *Pedagogia do Oprimido*, obra que apresenta significativa evolução teórica do educador. Apesar dessa limitação temporal e bibliográfica não deixa de ser um dos pontos altos da antologia de Torres, ainda mais que no Brasil a divulgação do pensamento de Kusch é ínfima – prejuízo para nossa formação filosófica que fica assim privada de uma das filosofias mais originais elaboradas no século XX. O terceiro texto, de Benjamín Turnil, estabelece uma crítica à noção de conscientização a partir da experiência de uma prática de alfabetização (e seu fracasso) em uma comunidade popular na Guatemala. São indicadas as dificuldades práticas da transformação social, o processo de frustração e as saídas psicológicas adotadas pelos membros da comunidade envolvida e que, em última instância, redundam em ativi-

dades paliativas ou “radicalização” meramente teórica. O último texto é uma crônica da discussão latino-americana sobre educação libertadora ocorrida em 1974, na Universidad del Salvador (Argentina) e apresenta uma seleção de depoimentos críticos acerca da relação entre educação e política em Freire. Os vários debatedores apontam sobretudo problemas com respeito às noções de conscientização e de revolução, ainda que reconheçam mudanças no trajeto intelectual e na atuação educacional do filósofo brasileiro. Um apêndice com relação das fontes bibliográficas e com um levantamento preliminar dos escritos de Freire publicado em diversos idiomas até o ano de 1975 finaliza o livro.

A reedição da obra de Carlos Alberto Torres é uma bela homenagem aos 50 anos da experiência de Angicos. Os textos refletem um momento importante de discussão sobre a educação e a transformação social na América Latina. Possuem a marca do tempo, porém permanecem como fontes preciosas para compreensão crítica do pensamento de Paulo Freire. A leitura de *Diálogo e práxis educativa* amplia nossa visão sobre a educação libertadora e recoloca problemas, temas e ideias que ainda precisamos discutir.

Rodrigo Marcos de Jesus
UFMT

EPICURO: *Sentenças Vaticanas*. Coleção Clássicos de Filosofia, São Paulo: Edições Loyola, 2014, 78p. ISBN 85731643437.

Apesar de o título fazer alusão à sede de uma das religiões mais influentes no mundo, a obra *Epicuro: Sentenças Vaticanas*, composta por oitenta páginas, é uma coletânea de máximas puramente epicuristas. Publicada em 2014, faz parte da já consagrada coleção *clássicos da filosofia* das Edições Loyola, que tem como

propósito oferecer traduções originais de textos de autores clássicos da filosofia de língua grega e latina. Por possuir um texto bilíngue (grego-português) seguido de comentários que trazem à luz relevantes discussões sobre a filosofia do Jardim, essa obra contribui com um material bibliográfico de grande importância para os pesquisadores e demais amantes da filosofia antiga.

O livro, traduzido e comentado pelo Prof. Dr. João Quartim de Moraes, cola-

borador na Unicamp e pesquisador do CNPq, é composto por oitenta e uma sentenças extraídas em 1880 do *Codex Vaticanus* gr. nº 1950¹, que foram editadas e publicadas em 1888 por C. Wotke, sob o título *Epikureische Spruchsammlung*, com notas de Hartel, Usener e Gomperz. Contudo, essa coletânea de máximas epicuristas já havia sido compilada por K. Schenkel no terceiro volume de seus *Xenophontische Studien*² em 1876.

Devido ao seu “descobrimento” tardio, foram realizadas poucas traduções e tentativas de entender e organizar tematicamente as *Sentenças Vaticanas*. Enquanto na outra coleção de sentenças epicuristas, as *Máximas Principiais*, é possível verificar, mesmo com certa dificuldade, uma ordem na exposição dos assuntos tratados, as *Sentenças* apresentam uma exposição não linear dos ensinamentos de Epicuro. De modo geral, elas tratam de temas como o *prazer*, a *morte*, a *vida do sábio*, *sonhos*, a importância do *tempo presente*, da *memória*... Contudo, nota-se que há um predomínio de referências a um dos temas mais importantes no Jardim, a *amizade*.

A doutrina da *amizade*, que também pode ser encontrada na compilação de textos feita por Diógenes Laércio (*Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*), aparece explicitamente em onze *Sentenças* (13, 15, 23, 28, 34, 39, 52, 56, 61, 66 e 78). Dessas, apenas a 13 representa a reprodução de uma das *Máximas*, a XXVII. Esse fato é algo importante a ser ressaltado, pois, das 81 *Sentenças*, 15 delas coincidem com outras das *Máximas*³. Isso nos leva à hipótese

¹ Manuscrito do século XIV pertencente a Biblioteca Apostólica Vaticana.

² O título desse livro faz referência ao filósofo Xenofonte, uma vez que das dezessete obras que compõem o manuscrito, nove pertencem a ele.

³ São elas: 1 com a I, a 2 com a II, a 3 e a 4 com a IV, a 5 com a V, a 6 e a 7 com a XXXV, a 8 com a XV, a 12 com a XVII, a 13 com a XXVII, a 20 com a XXIX, a 22 com a XIX, a 49 com a XII, a 50 com a VIII e a 72 com a *Máxima* XIII.

de que o responsável pela primeira compilação das *Sentenças* teve acesso direto às *Máximas* epicuristas. Talvez, por mera questão de gosto ou porque as considerava mais relevantes, resolveu reproduzi-las em sua coletânea.

A autoria das *Sentenças* também é algo que deve ser desenvolvido. Muitos comentadores, como o próprio Usener, creditam a Epicuro a autoria de todas as *Sentenças*. Porém, é importante ressaltar que seis delas pertencem ao amado discípulo Metrodoro, uma ao discípulo Ermarco e uma (a 36) deve ter sido criada por outro discípulo, cujo nome não foi mencionado, já que representa um elogio à vida do mestre do Jardim. Sendo assim, 7 das 81 *Sentenças* não pertencem a Epicuro, mas isso não as torna menos relevantes frente às outras, já que também apresentam de maneira clara os ensinamentos do mestre.

A introdução do livro *Epicuro: Sentenças Vaticanas* apresenta de forma didática informações relevantes sobre essa coletânea de aforismos epicuristas. Dentre essas informações podemos destacar o local inusitado de seu “descobrimento”, a Biblioteca Apostólica Vaticana, já que Epicuro e seus discípulos encontraram muitos críticos moderados e exaltados entre os membros do clero. Se levarmos em consideração que apenas no século XIX tomamos conhecimento da existência dessas *Sentenças*, é provável que boa parte desses comentadores desconhecia que esse valioso manuscrito estava “ao alcance de suas mãos”. Vale ressaltar, porém, que há certas repetições desnecessárias na introdução, talvez provenientes de algum descuido na revisão final. Por exemplo, no último parágrafo da página 9 (seguindo para a página 10) e no primeiro da página 12, encontramos frases se não idênticas muito semelhantes.

Ao longo da introdução, o Prof. Moraes apresenta quais comentadores foram fundamentais para auxiliá-lo no árduo

trabalho de traduzir alguns termos gregos que soam como ambíguos mesmo para olhos experimentados com manuscritos antigos do período helenístico. Dentre os mais notáveis, podemos citar Hermann Usener, Jean Bollack e I. F. Fabiano.

A semelhança do conteúdo de algumas *Sentenças* com parte das já conhecidas *Máximas Principiais* também é mencionada logo na Introdução. Esse dado é importante tanto para os leitores já familiarizados com as demais obras epicuristas bem como para aqueles que entrarão em contato com elas pela primeira vez, na medida em que pode suscitar a realização de possíveis diálogos entre essas duas obras como também conquistar novos admiradores e adeptos da filosofia do Jardim, respectivamente. Contudo, essa edição das *Sentenças* solicita que o leitor remeta em muitos trechos à edição das *Máximas*, o que é de certo modo problemático, enquanto pode atrapalhar aquele que não a tem em mãos. Poderia ter havido um esforço do autor em tornar essa edição mais autônoma.

A tradução e os comentários feitos pelo Prof. João Quartim de Moraes merecem um parágrafo destacado nessa resenha. Por apresentar um texto bilíngue (grego-português), Moraes possibilita seus leitores a se aventurarem na beleza visual, sonora e semântica da língua grega. Cada sentença é acompanhada por sua respectiva tradução, o que facilita os mais interessados em desvendar a estrutura gramatical desse belo idioma.

Tentar empreender qualquer projeto de tradução de um texto antigo para uma língua moderna é assumir o risco de ora ser muito fiel com o significado mais alinhado com a semântica de origem, _a ponto de tornar surdos àqueles que a desconhecem_ ou ser obrigado a trair um pouco o original para transformar a oração mais palatável aos ouvidos acostumados com o português, Moraes passeia por essa linha tênue, e mantém um padrão coerente em suas escolhas de tradução.

Em relação aos comentários, é possível dizer que cumprem o objetivo proposto: explicar de maneira didática os significados complexos por trás de cada aforismo, para que a obra seja acessível a uma gama variada de leitores. É evidente que, em alguns momentos, nota-se que algumas *Sentenças* exigiriam algo mais para sua explicação. Porém, o objetivo principal de Moraes é fornecer um valioso material bibliográfico para o surgimento de novos comentários em língua portuguesa sobre a Filosofia do Jardim. Analisando a partir dessa perspectiva, a ausência de desdobramentos mais acurados não compromete o livro como um todo. É preciso agradecer ao Prof. Dr. João Quartim de Moraes e as Edições Loyola pela publicação em língua portuguesa de mais um clássico da filosofia, além da boa bibliografia ao fim do livro.

Mauro Juarez Dos Reis Araújo

UFF